



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

DESIRÉ MENEZES LEAL GOULART

**A EVASÃO NA EJA: AS VOZES DOS ESTUDANTES EVADIDOS DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. ARY COUTO (BAGÉ, RS)**

**BAGÉ
2016**

DESIRÉ MENEZES LEAL GOULART

**A EVASÃO NA EJA: AS VOZES DOS ESTUDANTES EVADIDOS DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. ARY COUTO (BAGÉ, RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Licenciatura em Letras e Respectivas Literaturas da
Universidade Federal do Pampa – Campus Bagé.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Gilnara da Costa Corrêa Oliveira

BAGÉ

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu marido Enilton e meu filho João Victor, o zelo, a dedicação, o amor e o apoio incomensuráveis nesta e em todas as etapas do curso;

Agradeço à orientadora deste trabalho, Professora Gilnara, por abraçar minhas ideias de estudo, lapidá-las e enriquecê-las com seus conhecimentos;

Agradeço à Patrícia Barreto Mendonça a amizade, o carinho, e principalmente a paciência no decorrer do curso;

Agradeço a meus amigos, que cultivei dentro e fora da faculdade: Claudia Cibelle Oliveira, Luciane Fagundes e Vanessa Goersch. Sem cada uma dessas pessoas eu não teria obtido a leveza necessária para seguir em frente em muitos momentos, pois cada sorriso e palavras sinceras contribuíram para o meu bem-estar e êxito;

Agradeço aos professores que fizeram parte de minha formação durante o Curso, em especial à Isabel Cristina Ferreira e Lúcia Maria Britto Corrêa pelos conhecimentos partilhados. Reconheço e valorizo cada ensinamento aprendido e exemplo de docência que estes representam.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo realizar uma pesquisa a fim de identificar as causas da evasão escolar no Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Ary Couto do município de Bagé, no Rio Grande do Sul. Pretende-se colaborar para adoção de medidas político-pedagógicas no espaço escolar, corroborando para a atuação de um corpo docente coerente e apto para o trabalho específico de formação de jovens e adultos. Partindo de um levantamento de dados realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com os números mais recentes da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, prosseguiu-se com um percurso histórico da trajetória da EJA no Brasil e especificidades de ensino voltadas para a Educação de jovens e adultos. A metodologia aplicada na pesquisa se utilizou da análise de conteúdo dos resultados obtidos por meio de um trabalho de campo, tendo em vista uma avaliação qualitativa. Baseou-se também no próprio trabalho de Agente de Saúde, realizado pela pesquisadora na rede pública de saúde do município, com atuação no bairro em que a escola se situa. Como instrumento para a coleta de dados foi adotada a entrevista. O resultado é um relato que exalta a voz dos próprios alunos em estado de evasão, possibilitando reflexões a respeito das melhores medidas a serem tomadas e os aspectos mais difíceis a serem transpostos por àqueles excluídos do sistema escolar. Os relatos obtidos apontam ainda para a insuficiência de políticas públicas de manutenção da EJA e de permanência na escola, de maneira que taxas de evasão escolar tomam cada vez maiores proporções em função das prioridades econômico-culturais assumidas pelos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: EJA, Ensino Fundamental, Evasão Escolar, Ensino Público.

ABSTRACT

This paper aims to perform a research in order to identify the main issues of school dropouts in the Elementary School of Young and Adult Education System (EJA) at Prof. Ary Couto public elementary school from Bagé, Rio Grande do Sul, Brazil. Starting from a data survey conducted by PNAD (National Sample Survey of Households) and IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) with the most recent numbers of school dropouts and a historical trajectory of EJA in Brazil, then following by the specifics of teaching young and adults. The methodology of research applied in this paper is also based on the work of Health Community Agent (Agente comunitário de saúde), conducted by the researcher in the public health city network, taking action in the neighborhood in which the school is located. The results go for an account that exalts the student's voice in a status of evasion, allowing reflections on the best measures to be taken and the most difficult aspects to be transposed by those excluded from the school system.

KEY WORDS: Young and Adult Education System (EJA), Elementary School, School Evasion, Public Education

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. O CONTEXTO EM FOCO.....	09
2.1 DE AGENTE COMUNITÁRIA A AGENTE INVESTIGATIVA.....	12
2.2 O QUE A EJA TEM DE DIFERENTE.....	14
2.3 O QUE SIGNIFICA O MOVIMENTO DE EVASÃO.....	16
3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	17
4. PESQUISA EM PRÁTICA: UM TRABALHO DE CAMPO.....	21
4.1 PERFIL DA ESCOLA.....	23
4.2 O QUE DIZEM AS VOZES DA EVASÃO.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica constituída através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 1996, que surgiu como uma política pública emanada pelo Estado Brasileiro voltada a diminuir as altas taxas de analfabetismo e a baixa escolarização de jovens e adultos causada pela repetência e evasão escolar. Com essa política pública, o Estado Brasileiro procurou responder às orientações de agências internacionais e organizações multilaterais, principalmente o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que promoveram a conferência mundial de Educação para Todos, em Jontien (Tailândia) no ano de 1990, e cobraram dos países participantes, entre eles o Brasil, medidas governamentais para diminuir as altas taxas de analfabetismo e evasão escolar. O Brasil assinou os acordos de cooperação financeira propostos pelo BM e UNESCO, tendo em vista o interesse em inserir nosso país no modelo de desenvolvimento econômico global que exige o ajuste da educação escolar às demandas do mercado capitalista. O analfabetismo e a baixa escolarização coíbem o crescimento econômico à medida que ampliam o contingente de mão de obra inapta a operar com as tecnologias produtivas e, supostamente, desfavorece o consumo de bens pelo baixo poder aquisitivo dessas populações excluídas do mercado.

Em 2010 foi amplamente divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) o relatório de Monitoramento de Educação; este documento aponta que dentre os países da América Latina e Caribe, apenas Cuba cumpriu os objetivos do plano Educação para Todos (EPT), que possuíam metas globais a serem atingidas até 2015. Na Educação de Adultos uma das metas era a redução da taxa de analfabetismo em 50%, no entanto, a redução foi de apenas 26%, apenas reforçando essa realidade de fracasso escolar em elevados níveis de América Latina e Caribe.

Conforme dados mais recentes coletados pela Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorrida em 2007, 42% dos alunos matriculados na EJA evadiram das salas de aula em todo o país. Quase metade do público desta modalidade de ensino se sentiu mobilizada a abandonar o cotidiano escolar, novamente, por motivos que variam da incompatibilidade de horários entre escola e emprego (27,9%) ao desinteresse pelo curso (15,6%); cada um desses motivos tem por trás

uma série de outras causas, muitas das quais relacionadas à insuficiência das políticas públicas no âmbito educacional brasileiro.

Além do analfabetismo, também há outro grande vilão da evasão escolar chamado repetência, sendo o 6º ano o período em que mais alunos abandonam os bancos escolares segundo a Unesco (2007). Esta mesma fonte ainda afirma que os principais causadores desses índices elevados de evasão escolar e analfabetismo são desde a falta de estrutura escolar e sistema de ensino, a problemas de gestão, baixa qualificação profissional e metodologias de ensino inadequadas.

Na conjuntura descrita, a reprovação escolar recai com efeito devastador na vida escolar do educando, levando-o à baixa autoestima, defasagem de idade-série, subemprego e consequente crescimento de demanda para a EJA.

Tendo em vista os dados levantados pelo último Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2015, o número de matriculados na EJA em todo o Brasil são 2.852.685 alunos, sendo destes 59.927 matriculados na Educação Especial, e na cidade de Bagé, em que se deu este estudo, sob o registro de um total de 2.349 alunos matriculados na EJA, sendo destes 89 matriculados na Educação Especial. Nesse estudo se pretende analisar as causas da evasão escolar na modalidade de EJA por meio de uma pesquisa de campo realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Ary Couto, localizada em bairro periférico do Município de Bagé, no interior do Rio Grande do Sul. A escola em que seu deu a pesquisa é referida neste estudo sob o nome fictício Profº Ary Couto a fim de preservar a integridade das atividades escolares, seu corpo discente e seus alunos envolvidos na pesquisa.

Com base nos dados coletados em estatísticas e indicadores, são analisadas quais as principais causas para o abandono escolar na modalidade da EJA. Tais levantamentos são relacionados aos relatos dos próprios alunos e direção escolar e, com isso, elaborada uma reflexão sobre o quanto essas causas de evasão escolar se fazem persistentes dentro de seus contextos e que alternativas ou projetos podem ser criados ou implementados para uma projeção mais otimista do cenário educacional brasileiro.

Este estudo ainda possui foco em uma pesquisa no campo de estudos da Educação, área em constante necessidade de pesquisas e estudos que apresentem alternativas para os

diários desafios da Educação Básica, Profissionalizante e Superior. A modalidade de educação para Jovens e Adultos se faz ainda mais necessária pela especificidade que a constitui: um ensino voltado para alunos que não se ajustaram ou por diversos motivos não se valeram da educação institucional em seu período regular; dentre os motivos para esse deslocamento encontram-se desde causas econômicas como de infraestrutura – a ausência de transportes ou escolas em zonas rurais, por exemplo. Esses grupos de alunos, muitas vezes, após estarem matriculados na EJA se deparam com grandes desafios, como a falta de um ensino adequado para este público.

Serão abordadas neste estudo as principais dificuldades para a promoção dos alunos à EJA na própria escola em estudo, o que os alunos e direção têm a dizer sobre suas dificuldades e o que acarreta os grandes números de evasão escolar. Buscou-se traçar uma perspectiva do que pode ser feito, mediante as causas apontadas, ou ainda um levantamento do que já está sendo implantado para a transposição deste desafio.

Por fim, este estudo visa contribuir na formação de professores e na atuação dos demais, tendo em vista as infinitas adversidades encontradas no cotidiano escolar. A preparação e formação de alunos da EJA não requer apenas uma adaptação de metodologias e materiais pedagógicos, mas um desenvolvimento de conteúdos e práticas próprias para a modalidade, respeitando os conhecimentos prévios de seus alunos que, se cresceram em sociedade, já terão se adaptado e desenvolvido letramentos sociais (MOLLICA, 2009) que os capacitem minimamente a interagir e atuar em sociedade, ainda que de maneira precária.

2 O CONTEXTO EM FOCO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Bagé conta com uma população, estimada para 2016 realizado em 2010, de 121.986 pessoas. A economia municipal, como reflexo do período de retração enfrentado pelo país, também apresenta índice relevante de desemprego, como apontado pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD) realizada pelo IBGE para o primeiro semestre deste ano. Os dados ainda foram abordados no Jornal Minuano, de circulação municipal, em matéria online escrita por Louçan (2016); segundo a jornalista, a contabilidade feita pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) é de 3.243 demissões, em todos os setores do

município, para 3.101 admissões no mesmo período. O mercado de trabalho se torna ainda mais limitado e disputado quando as principais fontes de emprego da cidade, atualmente, são os cargos públicos oferecidos pela Prefeitura – que se valem da estabilidade por ingresso de concursos públicos, portanto baixa rotatividade – e, em segundo lugar, o comércio de atacado e varejo (LOUÇAN, 2016). Assoma-se a isso os empregos em zonas rurais relacionados à agropecuária, que normalmente exigem pouca escolaridade por sua natureza de serviço prático, e o resultado é um quadro extremamente limitado e sem muito incentivo ao prosseguimento dos estudos e qualificação profissional.

A falta de perspectiva de trabalho no município pode ter sido um dos maiores agravantes deste quadro que, junto à falta de possibilidade de crescimento em relação à economia nos setores mencionados, também poderiam assolar indiretamente às taxas de rendimento escolar. A educação sofre, neste caso, pois um cenário característico é comumente encontrado nas comunidades de baixa renda: a população pobre e de baixa escolaridade sucumbe diante à necessidade de colocar os estudos em segundo plano, pois a prioridade imediata se torna contribuir economicamente em suas famílias.

Os dados a respeito da educação, levantados pelo último Censo Escolar, realizado em 2010 pelo IBGE, também perfilam uma conjuntura que, conforme pesquisa que se realizou neste estudo, será confirmada ou refutada como realidade atual dentro do grupo em estudo. Conforme fonte do Jornal Minuano, em matéria divulgada online, as mulheres, em geral, possuem maior escolaridade que os homens, quadro que não se verificava no início dos anos 2000. Segundo Couto (2014), os níveis estão postos da seguinte forma:

(...) entre as pessoas com mais de 25 anos, 31,9 mil não têm o ensino fundamental completo e 8,5 mil concluíram o ensino superior. Entre as mulheres, 42,3% se incluem na primeira situação e 13,7% na última. Já entre os homens, 46,9% não concluíram o ensino fundamental e apenas 9,6% se formaram na universidade (COUTO, 2014).

Ainda segundo um padrão levantado por Couto, as taxas de analfabetismo atingem um público que, historicamente, ocupa espaço marginalizado em sociedade, fato que ainda custa a ser alterado: “Essas pessoas são em sua maioria idosas e moram na zona rural. O maior número de analfabeto são os homens negros, com mais de 60 anos, o que corresponde a 30,3% do número total de pessoas nesta condição (*Ibidem*)”. O público que menor preenche esta estatística, no município, é o de mulheres brancas entre 15 e 29 anos, sendo apenas 1,2%, conforme IBGE. Se por um lado se observa o êxito das mulheres brancas na progressão dos

estudos, por outro ainda há sérios desníveis em relação à comunidade negra, de zona rural e terceira idade, que poderiam estar fazendo uso da EJA, por exemplo.

Pretende-se desenvolver um trabalho que busque as causas de uma evasão escolar especificamente na EJA, que é uma modalidade de ensino que visa dar conta do direito à educação que jovens e adultos possuem por já não se enquadrarem no ensino regular. Que causas são essas que, atualmente, aumentam os índices de abandono nesta modalidade de ensino? A situação socioeconômica possui até que ponto relação com a evasão escolar desta modalidade? Para uma explanação dessa conjuntura, dada aplicação da pesquisa em escola de rede pública do Município de Bagé, se deu prosseguimento às reflexões aqui iniciadas.

A evasão na Educação de Jovens e Adultos tem sido um dos grandes problemas nesta modalidade de ensino, suscitando questionamentos na comunidade acadêmica e sido pauta de grandes debates – ainda que insatisfatórios até então –, já que é um problema crescente em todo o país e ocorre, em sua maioria, nas escolas públicas periféricas, como ressalta Fávero e Andrade (2009) em seu texto:

A Educação De Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, sempre ocupou espaço reduzido nos sistemas educativos, com um caráter estritamente compensatório e quase que exclusivo dos desprovidos de valor social (FÁVERO e ANDRADE, 2009, p. 163).

Menor a parcela de público atendida pela EJA, menores os estímulos e manutenções implantadas na modalidade; soma-se a isso o tipo de educandos que, usualmente, frequentam a Educação de Jovens e Adultos: os menos privilegiados em sociedade, muitos dos quais que ainda não gozam da alfabetização, e moradores de periferias e zonas rurais. O fracasso escolar, nesta modalidade, se torna duplo e possui impacto igualmente devastador: o aluno que outrora abandonou o ensino regular por defasagem de idade-série ou por incapacidade de permanecer no sistema, abandona novamente essa outra tentativa de estudo que, como dito, meramente apresenta “caráter estritamente compensatório” e os incentivos, projetos e metodologia não chegam nem perto dos vistos no ensino regular.

Outro agravante cada vez mais saliente, que descortina um quadro de desinteresse em massa dos jovens pela educação curricular do modo como está sendo ministrada, é o alto índice de jovens entre 15 e 19 anos matriculados na EJA, conforme texto de Larieira (2005) para o Portal Todos Pela Educação. Em 2014, 30% das vagas da EJA estavam preenchidas por jovens dentro desta faixa etária, o que preocupa pois levanta dois questionamentos

centrais, ambos relativos às insuficientes políticas públicas e pedagógicas ofertadas à Educação: por que alunos ainda tão jovens não estão frequentando o ensino regular ou estão em defasagem tão grande a ponto de se sentirem impelidos a migrar para a EJA e como o público adulto da EJA encara salas de aula tão heterogêneas em se tratando de idade?

Com base no previsto pela LDB, em 1996, a Educação para Jovens e Adultos é assegurada, com gratuidade, àqueles que não concretizaram os estudos em seu período regular (2005, p. 19 – 20); para tanto, as idades estabelecidas para o curso da EJA no Ensino Fundamental e Ensino Médio é de, no mínimo, 15 e 18 anos, respectivamente. O que se observa na prática é um respeito estritamente ao que é previsto em Lei, sendo, inclusive, a parcela de jovens responsável por uma alta porção da EJA. Esta análise com base na faixa etária dos alunos da EJA também foi analisada nesta pesquisa e será apresentada mais à frente no texto, apontando que público é esse que evade da Educação de Jovens e Adultos em uma cidade de interior, em que nem sempre se encontra um mercado de trabalho tão competitivo para desviar alunos jovens do estudo regular e as condições de vida podem não ser tão precárias quanto a de cidades maiores e capitais.

2.1 DE AGENTE COMUNITÁRIA A AGENTE INVESTIGATIVA

A origem do interesse por esta pesquisa se deu por experiências anteriores da pesquisadora com o trabalho público social dentro do bairro Malafaia, em que se situa a Escola Ary Couto. O trabalho referido é de Agente de Saúde, desempenhado há cerca de dois anos e meio, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Estratégia de Saúde da Família (ESF) Ivo Ferronato, coberta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo ao bairro Malafaia e Ivo Ferronato no Município de Bagé. O desempenho desta função consiste em cadastrar as famílias dos bairros ao SUS pessoalmente, em suas residências; para isso, dois tipos de formulários – um com informações sobre o domicílio e outro com informações pessoais – são preenchidos para cada membro das famílias e visitas mensais são feitas para acompanhamento da saúde familiar. Nesta UBS o trabalho é realizado entre quatro Agentes de Saúde, sendo 217 famílias – 90% moradores do bairro Malafaia – sob responsabilidade da autora.

Nos formulários de cadastro constam todo o tipo de informação socioeconômica e cultural, como a natureza das residências, os tipos de revestimento, o modo de saneamento

básico, e ainda a etnia autorreferida, a escolaridade, orientação sexual e religião. O contato contínuo com estas famílias e a realidade vivenciada no bairro, quase como uma tutela desses moradores e seus cotidianos dentro dos núcleos familiares possibilita uma perspectiva bastante enriquecida desses residentes e suas mazelas. Foi, inclusive, esta experiência que direcionou o Estágio Curricular do Curso de Letras da autora ao trabalho com a EJA da escola Ary Couto.

O trabalho como Agente de Saúde ainda possibilitou o conhecimento de famílias em que grande parte dos/das chefes de família e pais não possui Ensino Médio completo, ou ainda Ensino Fundamental, atuando em subempregos; filhos adolescentes nas mesmas condições de estudo, muitos já tendo abandonado o ensino regular e se encaminhado para trabalhos periódicos ou destinados à zonas rurais; mas, o que pode representar esperança, filhos ainda crianças, de uma nova geração, frequentando regularmente as escolas públicas e creches dos bairros, ainda que motivados inicialmente, em muitos casos, por incentivos econômicos do Governo Federal.

A gama de possibilidades chega ainda menor nas mãos dos professores, com formações insuficientes e estímulos esparsos, sobrando pouco, senão força de vontade, às mãos dos alunos.

Ainda que no sistema econômico capitalista a dicotomia entre opressores e oprimidos se dê de maneira menos divisível e mais modalizada – uma vez que sua premissa seja a persuasão e venda de uma perspectiva de vida globalizada, com constantes necessidades e desejos que ao invés de serem atendidos pela economia, servem a ela e ao mercado –, sempre será possível extratificar que grupos sociais serão minorizados e conseqüentemente excluídos desse sistema pré-estabelecido, mesmo que nem sempre a classe social seja determinante de seu *status* social.

Se é a mente prescrita, como define Freire (1987), oriunda de uma consciência hospedeira (*Ibidem*, p. 22), que predomina em grupos periféricos e sistematicamente excluídos através de gerações de despreparo social, tem de se identificar que cultura e pautas alheias aos reais interesses desses grupos estão sendo priorizados e desconstruir hábitos tóxicos, que tal qual previu Freire acomodam essa população numa cultura de consumo ao ponto de lhes inibir o anseio pela liberdade. O medo do novo, do ensino, do progresso e da conquista de novos espaços sociais está atrelado às ações exigidas em conseqüência, “exigiria

deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão, com outro ‘conteúdo’ – o de sua autonomia (*Ibidem*, pg. 22)”, ou seja, a carga imbuída pela cultura dominante teria de ser substituída por interesses e pautas significativas a essas próprias pessoas, o que se torna bastante difícil em situações de extrema ausência de perspectivas em uma população habituada a isso.

2.2 O QUE A EJA TEM DE DIFERENTE

Todo processo de ensino-aprendizagem exige determinada postura de doação, pela parte educadora, e receptividade, pela parte dos educandos. Em se tratando da educação institucionalizada, veiculada, neste caso, por meio das escolas, com foco na educação de Jovens e Adultos, são necessários mais atributos que estes citados anteriormente; para formar um processo de ensino-aprendizagem minimamente efetivo, deve-se levar em conta que dentro de uma única sala de aula o número de especificidades e vivências encontradas acompanha o número de alunos presentes, e tais características devem ser respeitadas para que o ensino tenha o aproveitamento almejado.

Em uma sala de aula do ensino fundamental regular a maneira de conduzir as aulas e a metodologia empregada diferem bastante, na maioria das vezes, da que se encontra em uma sala de aula do ensino médio regular; da mesma forma, se espera que as metodologias empregadas em uma sala de aula da EJA se difiram bastante das utilizadas no ensino regular, pois a discrepância é ainda maior e não basta apenas deslocar a mesma metodologia utilizada com crianças. As causas mais relatadas de evasão na EJA apontam para fatores socioeconômicos, dificuldades cognitivas, socioculturais e, em grande parte das vezes, para à falta de adaptação dos alunos – já adultos e com ritmos de vida diferentes – aos métodos de ensino, limitados às metodologias expositivas e de baixo aproveitamento, como relata Ceratti (2008, p. 22-23) em sua pesquisa na rede pública de ensino do Paraná.

Para tanto, é válido ressaltar que o incômodo registrado por pessoas adultas e de maior idade que cursam a EJA é de que em grande parte dos casos a evasão escolar se dá a desintegração que os alunos sentem em relação ao ambiente escolar, uma vez que suas vivências e descontinuidade dos estudos os levam a uma perspectiva diferente que crianças e adolescentes teriam no mesmo espaço, como observado no estágio curricular realizado pela autora. É possível dizer, inclusive, que há certa uniformidade nas expectativas e

comportamento infantil e adolescente, ao mesmo passo que entre adultos esta consonância dificilmente se repete. Existe um elemento que contribui para a integração do público da EJA ao espaço escolar e compete ao professor, na construção de suas aulas; esse elemento, como defendeu Freire, está diretamente ligado à autoestima do aluno, enquanto educando, e sua sensação de pertencimento ao ambiente de aprendizagem, também composto por trocas:

(...) pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os de classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, p. 15).

A incorporação dos conhecimentos prévios dos alunos ao ensino dentro de sala de aula é fundamental para a constituição de uma educação pertinente ao cotidiano diverso dos alunos, aumentando seu aproveitamento. Tendo em vista que nem todos esses conhecimentos devem ser desconstruídos em sala de aula para evitar a perpetuação de práticas culturais discriminatórias e preconceituosas de diferentes naturezas – como também expressa Freire (Ibidem, p. 17), na defesa de uma educação saudável –, tais pontos de vista devem ser abordados em aula e servirem de pauta para a construção de novos saberes, alinhados à cidadania e ao respeito à diversidade cultural.

Discutir as dificuldades desses alunos em sala de aula e o que os levou a dar prosseguimento aos estudos fora do período previsto, bem como suas expectativas e planos após a conclusão dos estudos é de suma importância para instigar suas ambições e perseverança nos estudos, uma vez que esses diálogos são comuns em turmas do ensino regular.

No espaço escolar, sobretudo para alunos que se encontram em situação especial, deslocados do ensino regular, torna-se imprescindível possibilitar todo tipo de debate e incursão que forme o senso crítico e cidadã dos alunos, uma vez que nem só de leitura, escrita e cálculos se faz uma formação competente. O indivíduo, por exemplo, pode ser considerado letrado pelo simples fato de estar inserido em uma sociedade e estar ciente da cultura e práticas realizadas naquele meio, capacitando sua relativa autonomia (MOLLICA, 2009, p. 11). É justamente a construção de um espaço que valorize o letramento social, escolar e oralidade que se visa oportunizar, em que a troca de experiências seja também fonte de aprendizado para aqueles que não se sentem em conformidade com o ideal de um cidadão autônomo e capacitado.

Mais uma vez o valor do conteúdo e das metodologias feitas dentro do espaço escolar tem sua importância exaltada, uma vez que é a qualidade e relevância do abordado dentro do espaço escolar e sala de aula que muitas vezes definem a permanência ou não dos alunos da EJA na escola. Não basta elaborar conteúdos programáticos e sequências didáticas tendo como ponto de partida mais um aluno tido como padrão, com necessidades irrelevantes e à espera de um depósito de conhecimentos (FREIRE, 1987, p. 55). O momento de selecionar conteúdos deve ser um momento de reflexão e empatia, conforme elementos apreendidos pelos educadores na comunidade escolar. “o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo (*Ibidem*, p. 54)” , é mais uma oportunidade de reorganizar o que seria a ordem prevista pela cultura dominante e trazer as expectativas dos alunos para dentro de sala de aula, momento em que poderão se expandir e atingir novas metas com a formação de novos cidadãos.

Esses e outros preceitos ajudam a combater o movimento de abandono escolar, mesmo após sua continuidade na EJA, no entanto, também é necessário investigar mais profundamente suas causas, a fim de que seu combate seja mais efetivo e duradouro. Para tanto, se dará prosseguimento a pesquisa em escola da rede pública do município de Bagé, o que ajudará na elaboração de propostas de ensino e dará ênfase às dificuldades deste público tão específico, sendo assim combatidas.

2.3 O QUE SIGNIFICA O MOVIMENTO DE EVASÃO

O movimento de evasão escolar é influenciado por causas internas e externas à vivência escolar dos alunos. Quando a evasão persiste na EJA, muito provavelmente ou essas causas se tornam mais emergentes, ou a prioridade dada ao estudo não é mais tão relevante. Oliveira e Eiterer (2016), ao discorrerem sobre a evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA, refletem que as causas mais comumente retratadas são tantas que se torna um verdadeiro desafio jovens e adultos concluírem seus cursos na modalidade sem nunca terem desistido ou mantido níveis baixos de frequência: trabalho, família, acesso precário, desmotivação, ausência de vaga, professores em falta, conteúdo sem preparação e sem significação prática, do ponto de vista do aluno (OLIVEIRA e EITERER, 2016, p. 5), todos fardos que pesam ainda mais na baixa autoestima dos alunos da EJA.

A evasão escolar é entendida aqui, portanto, como resultado de todos esses fracassos escolares e tantos outros de realidades tão diversas contidas dentro de uma sala de aula. Fracassos que não competem exclusivamente ao aluno, mas sim à toda equipe escolar e sistema educacional, políticas públicas e pedagógicas imprecisas e insuficientes.

Ceratti (2008) também realiza pesquisa sobre as causas da evasão escolar, no ensino regular, aplicada a uma escola da rede pública de Nova Londrina, no Paraná. Em seu estudo, a autora entrevista funcionários da escola e alunos de ensino fundamental e médio em busca de um mapeamento que aponte o que leva crianças e adolescentes, em idade escolar, a abandonarem seus estudos. Logo de início um alto número de alunos, tanto de ensino fundamental como médio, declaram serem trabalhadores fora do horário de escola (91 alunos, de um total de 115, trabalham), o que já evidencia as possíveis dificuldades enfrentadas por este público (*Ibidem*, p. 7). Mediante as declarações recebidas, a autora pondera:

Às vezes a falta de interesse do aluno, traduzida na evasão escolar é uma maneira de mascarar sua incapacidade para se esforçar. Mas em outras ocasiões não é assim. O aluno faria um esforço se percebesse que os conteúdos da aprendizagem são medianamente atrativos, úteis, conectados, com sua vida diária, atraentes o suficiente para que o esforço valha a pena. Quando, pelo contrário, descobre que aprender supõe apenas memorizar certos conteúdos distantes para recuperá-los depois em uma prova, sua atitude defensiva diante da aprendizagem vai se consolidando (CERATTI, 2008, p. 13).

Ainda que o esforço para o êxito neste ambiente certamente tenha de ser mútuo, em que alunos, família, professores e equipe diretiva compactuam para o bom andamento e manutenção desse processo, quando as condições não são favoráveis para um desses elos, os demais não se efetivam.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Partindo, primeiramente, de uma breve exposição do que se entende por educação e assim determinar onde começou sua construção no Brasil, baseou-se na definição proposta por Costa e Menezes (2009), também em seu mapeamento da história da educação no Brasil. Desde pequeno, cada indivíduo, assim que demonstra sinais de inteligibilidade dos estímulos cognitivos impingidos pelos adultos, começa a assimilar conhecimentos, comportamentos, língua e cultura em um processo que só findará ao final da vida. Desde os índios no período do Brasil Colônia (1500 – 1808) esse processo se dá o mesmo, uma didática do “aprender

fazendo” no cotidiano (*Ibidem*, p. 31-32). No entanto, a educação que é referida neste estudo é mais precisamente a educação formal, aquela atribuída e formada conforme planejamento pedagógico anterior.

A educação formal, aquela que ocorre no âmbito das instituições escolares, distingue-se da informal em razão de sua sistematização. Ou seja, nas escolas utiliza-se um método (pedagógico) para atingir objetivos previamente traçados, executa-se um plano de estudos anteriormente elaborado (COSTA e MENEZES, 2009, p. 32).

Este formato educacional que é o que será estudado ao longo de sua construção, sobretudo quando destinada à alfabetização de jovens e adultos.

Em um período de descoberta do Brasil e excursão portuguesa sobre estas terras, o cenário encontrado diferia bastante da sociedade europeia em que os portugueses eram ambientados. As primeiras medidas para assegurar a posse e controle sobre a terra recém descoberta, portanto, foram “civilizar” e doutrinar a população selvagem aqui presente conforme valores e língua dos regentes, partindo de um entendimento eurocêntrico de cultura hegemônica.

O registro de um primeiro ensino formal concebido no Brasil fez-se, então, no período do Brasil Colônia sob encargo dos jesuítas, em sua maioria relacionados à Companhia de Jesus, durante o período de 1549 a 1759 (*Ibidem*, p. 33), Este ensino, no entanto, não era desprovido de interesses, como dito anteriormente, senão o de ensinar e possibilitar a pregação cristã aos índios residentes. Este artifício de dominação se repetirá na história do Brasil muito claramente, como foi discorrido mais à frente.

A partir da década de 1910, quando o Brasil rompe com o modelo econômico agroexportador e escravocrata e ingressa no processo capitalista industrial, atrelado a isto o surgimento das primeiras fábricas e urbanização no eixo São Paulo-Minas Gerais junto à vinda de imigrantes europeus para trabalho nas indústrias, começam os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores urbanos, sindicatos e partidos de Esquerda, socialistas, comunistas e anarquistas pela oferta da Educação pública a ser mantida pelo Estado; esses grupos criaram ainda escolas operárias, bibliotecas populares e centros de cultura, visando não apenas a instrução, mas a formação política dos operários e suas famílias.

Em 1920, 65% da população brasileira era analfabeta, quadro que persiste e aumenta, pois em 1960 o analfabetismo absoluto atingia 39% da população brasileira, ou seja, a maioria

dos jovens de até 15 anos não frequentavam a escola pela falta de políticas públicas de acesso à educação formal que atendesse as classes populares. Foi a mobilização dos trabalhadores urbanos, através de graves e passeatas, e as suas iniciativas de criar escolas que trouxe à tona a falta dessas políticas públicas. A partir disso surgem também os movimentos de intelectuais e políticos ligados aos partidos de Esquerda e partidos liberais, que organizam em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, reivindicando a educação pública, laica e gratuita; somente em 1934 o Estado Brasileiro institui, através da Constituição Federal, o ensino primário obrigatório e gratuito, com percentuais mínimos a serem investidos na Educação pública. No entanto, em 1937, com o golpe do Estado Novo há um retrocesso em relação a garantia do acesso à Educação pública, que só é recuperada na Constituição de 1946.

Conforme se viu, a relação entre Igreja Católica e Educação esteve historicamente relacionada, sendo as principais organizações escolares do Brasil sido concebidas por este meio. Com Educação de Jovens e Adultos se deu da mesma forma, porém, após os avanços tecnológicos obtidos após a Segunda Grande Guerra, programas de Ensino e alfabetização associaram-se a fontes mais democráticas de acesso ao público, sobretudo em zonas de históricos níveis de analfabetismo, como a região Nordeste do país. Com este intuito surgiram iniciativas via rádio, fortalecendo-se cada vez mais pela popularidade e proporções tomadas na América do Sul, como foi o caso do Serviço Rádio Educativo Regional (Sirena), fundado em 1957 pelo próprio Governo Federal com atuação contínua por 10 anos. Posteriores ao serviço surgiram ainda o Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961, sob o comando da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e Presidência da República; ambos os projetos funcionavam com uma rede de recepções de rádio, supervisão e material didático próprio (FÁVERO, 2003, p. 12).

Ainda durante as décadas de 1950 e 1980, o Brasil reestrutura o modelo capitalista pautado na reorganização do Ocidente no pós-guerra, quando as disputas por mercado consumidor se ampliam via internacionalização da economia, adotando-se um modelo neoliberal na Europa e nos Estados Unidos que se fundamentava no enxugamento do Estado de Bem-Estar Social. É nesse contexto que, em 1959, um novo manifesto dos intelectuais é redigido em prol do acesso à educação pública de caráter pragmatista, defendendo que às classes populares fosse dada a formação técnica para ingresso no mercado de trabalho. É nesse momento que voltam a se formar projetos educacionais de bases eclesiais para jovens e adultos, bem como outros encabeçados por movimentos estudantis e intelectuais de Esquerda, como os de Paulo Freire. Neste momento é instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, Lei nº 4024 de 1961, de caráter liberal. Com o Golpe Militar, no entanto, novamente ocorre um grande retrocesso das políticas públicas educacionais, em que as classes populares assumem de vez seu caráter profissionalizante.

Em decorrência do Golpe Militar em 1964 e o consequente controle ideológico sociocultural, houve o surgimento da Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), entre 1964 e 1969 (SCOCUGLIA, 2003, p. 80). Sob o pretexto, bastante providencial para o momento, de alfabetizar milhões de brasileiros ainda em estado de analfabetismo – “59,83% da população entre 15 e 35 anos, conforme o Censo de 1960 do IBGE” (*Ibidem*, p. 85), cerca de 9.440.000 de pessoas –, o Regime Militar instituiu essa nova forma de letrar e, mais uma vez, doutrinar a população para que esta se formasse intelectualmente em conformidade com a ideologia regente e, principalmente, na contramão do que acreditava-se pregar o Sistema Paulo Freire.

Observa-se o quanto (e como) a alfabetização estava associada ao projeto político de combate aos grupos de esquerda que atuavam antes de abril de 1964 (tratados como “extremistas”). O conteúdo da ação seria o mesmo, mas em direção oposta: formar cidadãos eleitores integrados à sociedade e à nova ordem, e com uma outra consciência da “realidade nacional”. Apesar de, em diversos documentos, a ABC referir-se à democracia, sua proximidade com os governos militares era notória e aberta (SCOCUGLIA, 2003, p. 85).

Da mesma forma que com a educação se objetiva construir as bases para uma mente crítica e discernente, se provou através da história a capacidade de mobilizar a prática do ensino para diferentes doutrinas, desde a evangelização dos índios para posterior recriminação à instrução da população adulta para se alinhar em concordância com um regime de prepotências.

Foi somente após à transposição da educação para jovens e adultos por meios físicos que se constitui o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, método que precedeu a Cruzada ABC e foi o antecessor da Fundação Educar (extinta em 1990), dos exames Supletivos e da Educação de Jovens e Adultos, EJA, como é tida atualmente. O Mobral era voltado para um público entre 15 e 30 anos e visava o ensino de leitura, escrita e cálculo, como descreve Dantas (2010, p. 18). A viabilização e êxito do Mobral ainda durante os governos militares foi tanta que em 1971 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 5.692/71) que previa o Ensino Supletivo, com definição própria para a EJA no artigo 24; no entanto, a educação para classes populares assume de vez seu caráter

profissionalizante e sua obrigatoriedade de oferta é destinada apenas à faixa etária entre 7 e 14 anos de idade, excluindo milhares de adultos analfabetos absolutos e funcionais.

A EJA, tal como a concebemos atualmente, está assegurada pela Constituição de 1988 e pela LDB, artigos 37 e 38, e estabelece o ensino gratuito para aqueles que não se valeram do ensino regular na idade prevista. Estabelece, ainda, que só poderão cursar o Ensino Fundamental através da EJA alunos com idade mínima de 15 anos, e para o Ensino Médio, alunos a partir de 18 anos de idade; o ensino fundamental ministrado em ciclos de anos iniciais e anos finais, totalizando 4 anos, e o ensino médio também em ciclos, totalizando 2 anos, ambos atestados com a realização de provas que comprovem um aproveitamento satisfatório da aprendizagem proposta.

4 PESQUISA EM PRÁTICA: UM TRABALHO DE CAMPO

Para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar. Portanto, será adotada uma abordagem qualitativa que, segundo definição de Gerhardt e Silveira (2009), caracteriza-se por ser uma pesquisa que não visa, necessariamente, uma vasta abrangência numérica de dados, mas, sim, a busca e análise de informação e casos representativos de uma realidade social que possam, por meio de diferentes abordagens e análises, demonstrar as circunstâncias atuais de um cenário específico (*Ibidem*, p. 31 – 32). Ainda conforme as definições da pesquisa qualitativa, algo relevante a ser descrito, pela natureza da pesquisadora em questão, é como pesquisador e entrevistados se relacionam neste tipo de pesquisa:

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32.).

Como dito anteriormente, a autora deste estudo possui conhecimentos socioeconômicos privilegiados do bairro em que a E.M.E.F. Ary Couto se situa, o que a projeta com mais facilidade para a realidade enfrentada pelos entrevistados ao longo da pesquisa; no entanto, é necessário que seus conhecimentos, enquanto pesquisadora, sejam

avaliados junto aos relatados pelos entrevistados e ambos produzam novos dados e informações a fim de tecer o presente estudo e construir novos resultados.

Para interpretar os dados, foi empregada a análise de conteúdo que, para Minayo (2008, p. 303), significa mais que um procedimento técnico: “faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais”. A descrição do estudo se apoiou nos dados coletados por meio das entrevistas e na fundamentação teórica que permitirá trabalhar com diferentes realidades vivenciadas pelos educandos e educadores participantes da pesquisa.

Este trabalho também utilizou como metodologia, para a construção e desenvolvimento de pesquisa, a pesquisa de campo (*Ibidem*, p. 37). Para tanto, afora o levantamento bibliográfico produzido, foi necessária uma pesquisa com entrevistados selecionados e procurados em suas próprias residências, bem como uma entrevista realizada com a direção da E.M.E.F. Ary Couto a fim de fornecer dados para as bases do estudo. Os instrumentos utilizados foram, por tanto, as entrevistas reportadas através da transcrição dos dados mais relevantes relatados pelos entrevistados, atrelada a uma revisão bibliográfica que visa oportunizar reflexões acerca dos temas levantados. Em um primeiro momento, foi construído um aporte teórico de autores da Educação, dados de pesquisas relacionadas ao tema e reflexões da autora para que se desenvolva um olhar mais proficiente sobre a pesquisa dada; posteriormente, foram buscadas a partir do espaço escolar, através da voz dos próprios alunos, as causas mais comuns de serem testemunhadas ou vivenciadas para a evasão escolar em uma modalidade de ensino que, por sua vez, já se configura por ser deslocada do ensino regular, para um público bastante específico.

Em função do público a ser analisado se tratar de alunos evadidos da EJA, ou seja, que não puderam ou quiseram seguir frequentando o espaço escolar, a metodologia teve de ser adaptada e, a partir dos dados obtidos na escola, os alunos foram procurados em suas residências e as entrevistas foram solicitadas – estas aplicadas a partir de um formulário com espaço para opiniões pessoais e/ou relatos – àqueles que desejassem participar. O procedimento descrito foi adotado pela dificuldade em encontrar os alunos e porque se assemelha bastante à prática realizada no serviço de Agente de Saúde de bairro que a pesquisadora já realiza, possibilitando maior destreza e conhecimento da atividade e comunidade.

Não se pode descuidar das questões éticas da pesquisa, portanto será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde os sujeitos terão ciência dos objetivos da pesquisa e procedimentos adotados, podendo retirar seus relatos do estudo em qualquer momento de sua realização.

4.1 PERFIL DA ESCOLA

A escola de Ensino Fundamental Prof. Ary Couto está localizada na rua X, sob o número X, no bairro X em Bagé. Conforme preenchimento de questionário realizado pela direção da escola, alguns dados sobre as ações da escola puderam ser levantados.

A escola foi fundada em 23 de outubro de 1965, mas passou a atender o Ensino Fundamental pela EJA somente em 2007. Atualmente a escola conta com um público de 431 alunos matriculados em todos os níveis e modalidades oferecidas. Vale destacar aqui uma breve explicação sobre as diferenças entre níveis e modalidades de ensino, tal como se entende aqui.

Os níveis de ensino estão divididos entre os graus de instrução formal que podem ser adquiridos ao longo da formação de cada cidadão, seja por meio de ensino municipal, estadual, federal ou privado; estão divididos em Ensino infantil, fundamental, médio e superior (LIBÂNEO, 2012, p. 361). Já as modalidades de ensino dizem respeito “aos diferentes modos particulares de exercer a educação (*Ibidem*, p. 361)”, ou seja, representam as maneiras específicas de ministrar o ensino, independente do nível que esteja sendo cursado; estão divididas, conforme previsto na LDB/1996, em educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica e educação especial (*Ibidem*, p. 361).

Tendo entendido a EJA como modalidade de ensino, sendo oferecido exclusivamente o nível fundamental na escola Ary Couto, se partirá para os dados desse público, obtidos pela direção da escola, conforme tabela abaixo:

IDADE	ALUNOS	SEXO		TOTAL
		masc.	fem.	

15 aos 18	35		
19 aos 60	11		
		27	19
			46

Tabela 1

Pode-se notar que no momento há maior vigência de alunos do sexo masculino matriculados na EJA e uma grande maioria de alunos ainda em idade escolar, na faixa dos 15 aos 18 anos, que prosseguiram seus estudos por meio desta modalidade. Tal indicativo pode ser indício tanto de defasagem de idade-série no Ensino regular, quanto de precoce iniciação ao trabalho; porém, também pode denotar interesse pelos estudos, tendo em vista sua continuação ou reingresso se dar ainda cedo, durante idade escolar.

A metodologia empregada na EJA está organizada em um currículo de Totalidades de Conhecimento, em que cada totalidade corresponde a um trimestre letivo, encerrando-se em 6 totalidades. O sistema de totalidade de ensino foi adotado pelo sistema educacional do município em 2006 e assimilado pela escola em 2007, ano em que a EJA passou a ser oferecida pela escola. Os ingressos dos estudantes da EJA são feitos por meio de uma prova com a finalidade de identificar o nivelamento dos alunos para matriculá-los a partir da totalidade que melhor se adequa a seus conhecimentos prévios. Vale destacar que o sistema de totalidades de conhecimento está organizado de maneira que cada totalidade ofereça competências específicas a serem assimiladas e apropriadas pelos alunos, sendo as totalidades 1 e 2 destinadas à alfabetização de jovens e adultos.

A escola Ary Couto oferece a EJA a partir da totalidade 3, ou seja, com exceção do segmento alfabetizador. Segundo a coordenação da escola, a totalidade em que há maior vazão de alunos da EJA é, conseqüentemente, a mesma em que há maior ingresso, a totalidade 5 – o que, de maneira leiga para fim de entendimento dos alunos, seria relativamente equivalente ao 8º ano do Ensino Fundamental.

4.2 O QUE DIZEM AS VOZES DA EVASÃO

O grupo de alunos entrevistado para esse estudo consiste em 10 indivíduos evadidos da EJA, oferecida pela escola em questão, com idade entre 15 e 20 anos. Como especificado anteriormente, os alunos foram procurados em suas próprias residências, com endereços

fornecidos pela direção da escola, para que preenchessem formulários e compartilhassem breves depoimentos, quando dispostos a tal, sobre as causas de suas novas evasões da educação formal. Alguns dos procurados se recusaram a participar do estudo, mas outros se dispuseram de bom grado, fornecendo, inclusive, preciosas informações sobre suas vivências e dificuldades, refletidas nas realidades de outros tantos evadidos do ensino escolar.

O primeiro dado de maior relevância analisado é relativo à idade do público evadido da EJA; alunos ainda em idade escolar que abandonaram os estudos ainda mais jovens e, após retomarem através da EJA, não se sentiram integrados ao novo formato de ensino. Abaixo a relação de idade, sexo e dados escolares levantada:

IDADE	SEXO	PRIMEIRO ABANDONO ESCOLAR	ESCOLARIDADE
15 anos	M	14 anos	8º ano
17 anos	M	12 anos	6º ano
17 anos	F	16 anos	7º ano
17 anos	M	12 anos	6º ano
17 anos	M	15 anos	7º ano
18 anos	M	16 anos	6º ano
20 anos	F	15 anos	7º/8º ano
20 anos	F	15 anos	7º/8º ano
20 anos	M	13 anos	7º ano
Outra	F	13 anos	9º ano

Tabela 2

No grupo entrevistado há uma predominância de alunos do gênero masculino e faixa dos 17 anos de idade; as mulheres apresentam uma média de maior escolaridade, entre 7º e 9º ano do Ensino Fundamental; a maior incidência de abandono do ensino regular está entre os 15 e 16 anos de idade. O consenso ocorrido foi a escolaridade dos entrevistados, todos com o Ensino Fundamental incompleto, visando, muitas vezes, apenas concluir o Ensino

Fundamental por meio da EJA. Esta foi, inclusive, a resposta dada por 7, dos 10 entrevistados, quando questionados por que desejaram retomar seus estudos pela EJA: apenas concluir o Ensino Fundamental sem dar prosseguimento à finalização da Educação Básica.

O questionamento que salta aos olhos é o porquê se ater apenas à conclusão do Ensino Fundamental. O que faz com que tantos retomem seus estudos apenas com este objetivo em uma sociedade capitalista e acelerada em que cada vez menos se pode fazer tendo uma formação tão baixa de estudos. A resposta, no entanto, parece justamente estar atrelada à acelerada sociedade capitalista.

Ao final do século XX se dá um processo de adaptação econômica capitalista em que novas áreas de estudo e trabalho passam a tomar ênfase, como as telecomunicações e informática (LIBÂNEO, 2012, p. 84). Se desde este período o Estado iniciava seu processo de aceleração e competitividade das relações de produção e mercado, muito foi alcançado e aperfeiçoado até os dias de hoje. A globalização nasceu justamente dos esforços capitalistas para a criação de “uma estratégia de enfrentamento da crise do capitalismo e de constituições de nova ordem econômica mundial (*Ibidem*, p. 85)”. Desta forma, tudo passou a se submeter e se adaptar à ordem capitalista, que ditava o mercado de trabalho, suas demandas, suas prioridades e formas de atuação. Conforme Libâneo (2012) explicita, a globalização pode ser examinada em comportamentos do mercado de trabalho e ordem econômica, como “demissões, desemprego, subemprego (...) diminuição dos salários e do poder sindical; eliminação dos direitos trabalhistas e flexibilização dos contratos de trabalho (*Ibidem*, p. 86)”.

As causas das evasões escolares se cruzam com o modesto objetivo de conclusão do Ensino Fundamental como meta de estudos, pois o motivo por trás destes fenômenos está estritamente relacionado à ordem capitalista globalizada; a aceleração das contratações, dos desejos materiais e das necessidades físicas e psicológicas impede uma maior dedicação a qualquer coisa que não seja ao trabalho – ou ainda, à mão de obra – e à manutenção desse sistema. O imediatismo dita o que lhe parece mais proveitoso e ainda assim viável de ser concluído, como o caso do Ensino Fundamental, primeiro nível de formação adquirido; o restante passa a ser desnecessário e alheio ao que supostamente são os interesses individuais de centenas de milhares de alunos e trabalhadores, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social. É a mente prescrita, de Freire (1987), que é mais uma vez regida neste meio.

Neste mesmo cenário ainda há a relação feita entre faixa etária, emprego e atuação formal ou informal no mercado de trabalho. No quadro abaixo pode-se observar os dados dos entrevistados segundo os aspectos apontados:

IDADE	ESTÁ EMPREGADO	POSSUI CARTEIRA ASSINADA
15 anos	1	0
17 anos	2	1
18 anos	1	1
20 anos	2	0
Outra	0	0

Tabela 3

Conforme os dados da Tabela 3, os alunos com faixa de 17 e 20 anos são os que mais estão empregados, no entanto, apenas 2, dos 6 alunos empregados, possuem carteira assinada. Seus esforços em concluir os estudos através da EJA foram mais uma vez adiados em função de empregos, em sua maioria informais, mas que lhe assegurassem sustento frente a necessidades emergentes. Quando questionados sobre o que os levou a evadirem do Ensino regular, inicialmente, as causas mais relatadas foram devido ao trabalho e horários incompatíveis – incluso o serviço militar obrigatório de um dos entrevistados – junto ao desestímulo de não quererem frequentar a escola. Alunos tão jovens, em idade escolar, estão diante de causas de evasão escolar incompatíveis com suas idades, o que só indica a inserção, desde muito cedo, à lógica capitalista do trabalho e a manutenção de um ciclo familiar de baixa escolaridade.

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado; simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa (GADOTTI E ROMÃO, 2008, p. 108).

Sem que esse público obtenha condições mínimas de equilíbrio econômico e políticas públicas que de fato atinjam esta estrutura de trabalhadores de baixa renda, dificilmente medidas exclusivamente educacionais irão serem efetivadas nessas comunidades. Existem forças sociais arraigadas desde sempre em espaços como esses que engessam comportamentos e ditam prioridades, fazendo da Educação formal uma de suas últimas.

Por fim, com base em doze causas de evasão escolar apontadas como mais relevantes pelo levantamento realizado pelo PNAD do IBGE, em 2004 e 2006, foram identificadas as causas práticas que mais se relacionam às verdadeiras razões do abandono escolar na EJA pelo grupo de alunos entrevistados.

NÚMERO DE ALUNOS	CAUSAS DA EVASÃO NA EJA
1	Ajudar nos afazeres domésticos
2	Trabalho
4	Não quis frequentar
3	Outros

Tabela 4

A maioria dos entrevistados, 4 de um grupo de 10, optou por não darem continuidade aos estudos da EJA momentaneamente, seja porque se sentiram, mais uma vez, desestimulados em prosseguir seus estudos, seja porque iniciaram os estudos após o início do ano letivo e sentiram dificuldade em se adaptar à didática e prática escolar em andamento. Esta última razão é ainda mais preocupante, pois uma vez que um aluno da EJA consegue chegar novamente ao espaço escolar, sua evasão por motivos de inadaptação ou dificuldade deveriam ser previstas e tratadas com maior atenção, já que seriam naturais em alunos de reingresso.

Dois dos outros entrevistados relataram ser a nova desistência dos estudos em função do trabalho e, se no Ensino regular a evasão se dava por incompatibilidade de horários, na EJA ela ocorre em decorrência do cansaço físico, elemento que também atrapalha a qualidade

das aulas de EJA e o rendimento escolar destes alunos, sempre muito cansados e forçados a relegar os estudos para último plano.

Um dos outros alunos entrevistados disse ter se afastado dos estudos devido a afazeres domésticos que, segundo seu relato, seria a construção de sua casa; já os entrevistados que responderam como outros motivos, quando explicitados do que se tratava, diziam respeito à dificuldade nos estudos e desestímulo em frequentar à escola, ou ainda perda da vaga na escola devido ao período de afastamento sem justificativa, o que poderia ter sido revertido se abordados de novas formas pela escola em questão.

O tempo médio de permanência desses alunos antes de evadirem da EJA é de 5 a 6 meses de estudo, alguns com apenas 2 semanas de aulas antes de deixarem de frequentar, outros com cerca de um ano de estudos antes da evasão.

Cada causa apontada, seja como evasão do Ensino regular, seja como evasão da EJA, ou seja por inaptidão da escola, seja por desinteresse dos alunos, todas as causas se tornam preocupantes em um quadro que cada vez se estende mais e esvazia mais salas de aula em zonas periféricas ou não. Se de um lado temos a escola e de outro os alunos, falta, visivelmente, uma maior articulação entre esses públicos, que não existiriam como tal sem a presença do outro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O constante movimento da economia e mercado de trabalho é o que dita o ritmo de uma sociedade; a educação, no entanto, ou a qualidade dela e quantidade de público que irá atingir é o que confirmará ou refutará o crescimento social e desempenho de uma população. Já foi observado anteriormente o impacto negativo que o capitalismo pode desencadear em classes mais baixas de mão de obra e consumo, mas desse mesmo sistema podem e devem ser extraídos os instrumentos para a construção de uma educação equipada e completa, com alfabetização tecnológica e fomentação de novos perfis profissionais que requerem polivalência e aptidão para circular por diferentes áreas e possuir cada vez mais conhecimento. Essas são possibilidades de espaços escolares já existentes que devem se multiplicar em diversos contextos. Ainda assim, não é a preocupação com o mercado de

trabalho que deve prevalecer em sala de aula, e sim o foco em uma formação humana, de aprimoramento e formação subjetiva.

Torna-se imprescindível, sobretudo na EJA, integrar os alunos e adequá-los à sociedade que tanto buscam se adaptar quando retomam seus estudos; é um anseio legítimo que deve ser respeitado e assegurado para que novas gerações sequer necessitem fazer parte da EJA, uma vez que seus estudos serão adequadamente realizados por meio do Ensino regular. Essa mesma assistência tecnológica deve possibilitar, portanto, o acesso a novas informações e saberes que integram e ajudam a desenvolver cidadãos críticos, conscientes do que querem e aptos para fazê-lo.

Sabe-se que não basta vontade aos professores integrar toda a capacidade tecnológica possível à Educação e ao espaço escolar, pois somente com o auxílio de políticas econômicas a manutenção dessa estrutura pode ser atualizada. Mais que isso: somente com a mobilização de toda estrutura sócio-política, que mantém milhares de pessoas em situação de pobreza, é que será possível conseguir mudanças significativas no âmbito educacional e com isso mobilizar crianças, jovens e adultos ao ensino escolar.

Como discutido anteriormente, o crescimento econômico e o pleno funcionamento de uma educação pública de qualidade estão intrinsecamente ligados, de maneira que o êxito de um será atingido e mantido em decorrência do êxito do outro. O crescimento econômico acarreta não somente a distribuição equilibrada de renda, como também a assistência oferecida para outros setores e esferas públicas fornecidas pelo Governo, nisso incluso saúde, segurança pública e mesmo justiça e sistema penitenciário.

As maiores evasões do grupo estudado nesta pesquisa, alunos da Escola de Ensino Fundamental Ary Couto, se deram em função de desestímulo e trabalho. Subempregos que não exigem maior qualificação e desestímulo por conteúdos que não representam muita coisa na vida prática dos estudantes. Todos em idade escolar, podendo, inclusive, estarem se encaminhando aos estudos na Universidade Federal localizada no mesmo bairro da escola. Alguns dos motivos que tornam essa caminhada desequilibrada e sinuosa foram discutidos e levantados pelos próprios alunos, como o cansaço físico, dificuldade de aprendizagem e gravidez na adolescência; em outras realidades, como apontou o IBGE (2004 e 2006), as causas se estendem à falta de transporte, afazeres domésticos, a maioria relacionados às mulheres, e falta de segurança.

O alto índice de desemprego que acomete o país e a cidade, como apresentado no início da pesquisa, também se mostrou determinante para o abandono das atividades escolares; 8, dos 10 estudantes, relataram haver pelo menos dois integrantes da família desempregados e em um dos casos o próprio estudante era a única fonte de renda familiar. No entanto, a falta de estímulo e dificuldades escolares foram as maiores causas de evasão apontadas, relatada por pelo menos 5 dos estudantes entrevistados. Se por um lado há o oferecimento da EJA no bairro em que os alunos residem, e, portanto, descartando as dificuldades de transporte e proximidade, por outro ainda são insuficientes as políticas para permanência de alunos tanto no Ensino regular, quanto na EJA. Certamente não é um caso isolado e muito possivelmente não será findado em breve, mas um mapeamento das dificuldades do sistema educacional já começa a ser traçado.

Enquanto os auxílios financeiros não vão ao encontro das modalidades de ensino e novas políticas pedagógicas passam a ser implantadas, uma boa forma de assegurar a melhoria do ensino da EJA, ao menos no que compete à direção da escola e professores em suas limitadas possibilidades de atuação, é manter a formação continuada, sempre que possível, em dia e direcionada ao público com o qual trabalham – nesse caso o de jovens e adultos. O percurso histórico da EJA realizado até então se iniciou por meio da dissipação via rádio, alfabetizando centenas de cidadãos em um contexto muito mais precário que o atual; se no momento se pode contar com salas de aula – ainda que não tão bem equipadas e mantidas – e com alunos que conseguiram superar seus impedimentos, contrariando outros tantos, ocupando os espaços escolares, deve-se primar pela Educação escolar deles, por seus êxitos e competências e, sempre que possível, alternar metodologias e didáticas ao encontro de suas necessidades e dificuldades. Tudo começa a partir do momento que professores e a própria sociedade enxergam nos alunos da EJA possíveis futuros profissionais de qualquer área do saber, pois suas possibilidades são tão vastas quanto a de alunos do Ensino regular que são constantemente estimulados ao prosseguimento dos estudos e formação profissional. Só assim, com tais bases formativas, é que alunos da Educação de Jovens e Adultos passarão a ter autoestima e também se enxergarem como iguais, repletos de possibilidades.

REFERÊNCIAS

AJALLA, Michelle Cristina. **Aluno EJA: motivos de abandono e retorno escolar na modalidade EJA e expectativas pós EJA em Santa Helena – PR.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA. Medianeira – PR, 2011. Disponível em:
<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1647/1/MD_PROEJA_2012_IV_16.pdf>
> Acesso em: 10 de jun. de 2016.

Brasil cumpre apenas 1/3 das metas de Educação fixadas pela Unesco. Matéria de site. Todos pela Educação, 2014. Disponível em:
<<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/33287/brasil-cumpre- apenas-13-das-metas-de-educacao-fixadas-pela-unesco/>> Acesso em: 08 de jun. de 2016.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. **A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CENSO ESCOLAR 2015. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2015. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: causas e consequências.** Dez. de 2008. Disponível em: <<http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gestão%20Pedagógico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20à%20evasão/EVASÃO%20ESCOLAR%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQUÊNCIAS.pdf>> Acesso em: 08 de jun. de 2016.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil Colonial (1549 – 1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Orgs.). **Fundamentos históricos da Educação no Brasil.** 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

COUTO, Fernanda. **Em Bagé, mulheres têm mais formação que os homens, aponta IBGE.** Bagé: Jornal Minuano Online, 5 de nov. de 2014. Disponível em:

<<http://www.jornalminuano.com.br/VisualizarNoticia/13233/em-bage-mulheres-tem-mais-formacao-que-os-homens-aponta-ibge.aspx>> Acesso em: 24 de out. de 2016.

Cuba é o único país latino-americano a cumprir meta de educação da ONU. Matéria de site. Portal R7, 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/cuba-e-o-unico-pais-latino-americano-a-cumprir-meta-de-educacao-da-onu-08042015>> Acesso em: 08 de jun. 2016.

DANTAS, Ronne Von de Medeiros. **Motivos da evasão dos alunos da EJA da E.E. Isabel Oscarlina Marques.** Monografia de Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínico-Institucional. Vila Velha/ES: Escola Superior Aberta do Brasil, 2010.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

EJA: Educação para jovens e adultos, um breve histórico. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/eja-educacao-de-jovens-e-adultos-um-breve-historico/>> Acesso em: 08 de jun. de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos. Teoria, Prática e Proposta.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo [Orgs.]. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430160&search=rio-grande-do-sul|bage|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em: 26 de out. de 2016.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richar A. **Aprendizagem de resultados:** uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. Trad. Sabine Alexandra Holler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: <<http://lelivros.ninja/book/download-aprendizagem-de-resultados-malcolm-knowles-em-epub-mobi-e-pdf/>> Acesso em: 09 de jun. de 2016.

LARIEIRA, Letícia. **30% dos alunos da Educação de Jovens e Adultos têm entre 15 e 19 anos no Brasil.** Todos Pela Educação, 2015. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/33801/30-dos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-tem-entre-15-e-19-anos-no-brasil/>> Acesso em: 15 de out. de 2016.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 24 de out. de 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUÇAN, Melissa. **Comércio varejista registra maior número de desligamentos do que admissão.** Bagé: Jornal Minuano Online, 2 de set. de 2016. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br/VisualizarNoticia/31783/comercio-varejista-registra-maior-numero-de-desligamentos-do-que-admissoes.aspx>> Acesso em: 24 de out. de 2016.

MOLLICA, Maria Cecilia. **Letramento em EJA.** São Paulo: Parábola, 2009.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmen Lúcia. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA.** Faculdade de Educação/UFMG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact>>

[=8&ved=0ahUKEwjvoYfLianQAhWJk5AKHat_AWoQFggkMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.senept.cefetmg.br%2Fgalerias%2FArquivos_senept%2Ffanais%2Fterca_tema6%2FTerxa_Tema6Artigo10.pdf&usg=AFQjCNHpRnZACDRLR42KEQpuziiSSupzmg](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/arquivos_senept/fanais/terca_tema6/terca_tema6_artigo10.pdf)> Acesso em: 20 de out. de 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação de Jovens e Adultos: histórias e memórias da década de 60**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VALLE, Bertha de Borja Reis; LEITE, Ana Maria Alexandre; ANDRADE, Eliane Ribeiro. [et al.]. **Políticas Públicas em Educação**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.